

XIX Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo

20 a 22 de outubro de 2025, Florianópolis

**A CHINA NO SÉCULO XXI: REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA-MUNDO
CAPITALISTA?**

Ester Gruppelli Kurz

Bolsista do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e
doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade
Federal de Santa Catarina (PPGRI-UFSC)

Resumo expandido

O objeto deste trabalho é a política externa chinesa no século XXI, com foco nas iniciativas *Belt and Road Initiative* (BRI) e *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP). Dada a trajetória da China este trabalho busca responder: Como a evolução recente da política externa chinesa, com a criação da BRI e RCEP, impacta a configuração da economia-mundo capitalista?

Assim, tem-se como objetivo compreender os impactos da política externa chinesa, por meio de iniciativas como a BRI e a RCEP, na configuração da economia-mundo capitalista. E objetivos específicos: analisar a trajetória chinesa de inserção na economia-mundo capitalista; identificar os principais interesses da política externa chinesa durante o governo de Xi Jinping; identificar as regiões com maior recebimento de recursos e projetos da BRI; e analisar a influência da RCEP sobre o comércio regional e global.

O recorte temporal da pesquisa começa em 2012, ano em que Xi Jinping assumiu como Secretário-geral do Partido Comunista da China (PCCh). Para analisar a trajetória chinesa de inserção na economia-mundo capitalista e para identificar os principais interesses chineses será feita uma análise documental dos Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do PCCh. Para realizar a análise dos projetos de investimento e infraestrutura da BRI, será feita a coleta de dados sobre o investimento e os projetos financiados pela BRI buscando identificar as regiões com maior recebimento de recursos e projetos. Serão utilizados os dados do *site* do *Belt and Road Portal*. Para analisar a influência da RCEP sobre o comércio regional e global, serão analisadas as trocas comerciais entre os países da RCEP e seus principais parceiros. Para isso, serão utilizados dados da *UN Comtrade* e do *RCEP Trade Tacker*.

Para Xi Jinping (2017), a China entrou em uma nova era, marcada pela consolidação de sua força econômica, tecnológica, militar e de projeção internacional. Essa nova etapa simboliza não apenas o avanço do socialismo com características chinesas como um modelo alternativo de desenvolvimento para países em desenvolvimento, mas também a retomada do prestígio histórico chinês após o “século de humilhação”. Os Relatórios do 19º e 20º Congressos do Partido Comunista Chinês reforçam esse compromisso com o “sonho chinês” de rejuvenescimento nacional. A nova postura chinesa é mais assertiva e engajada, expressando-se por meio de iniciativas como a BRI e a RCEP, que buscam estreitar laços com o Sul Global, expandir sua influência e promover uma forma de cooperação internacional que se apresenta como mais igualitária e mutuamente benéfica.

Lançada em 2013, a BRI busca promover o comércio, investimentos, intercâmbio cultural e cooperação em áreas como infraestrutura, energia, transporte e telecomunicações. A iniciativa é composta por duas principais rotas: o Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima. Até outubro de 2023, mais de 150 países e 30 organizações internacionais haviam aderido à BRI. O volume total de importações e exportações entre a China e os países participantes ultrapassou US\$ 21 bilhões, enquanto os investimentos diretos chineses superaram US\$ 270 bilhões (China, 2024b). Ao aprofundar os laços econômicos, a BRI fortalece a dependência dos países periféricos em relação à China, tornando mais custosa qualquer oposição aos seus interesses, especialmente na Ásia Central, onde o custo político e comercial de contestar a influência chinesa se torna elevado (Stuenkel, 2018).

A RCEP, firmada em 2020, reúne quase 30% do PIB mundial e cerca de um terço da população global. As negociações iniciadas em 2012 resultaram na união dos membros da ASEAN com Austrália, China, Japão, Nova Zelândia e República da Coreia por meio de um Acordo de Livre Comércio. É importante notar que a RCEP é o primeiro acordo de livre comércio entre a China, o Japão e a Coreia do Sul, três das quatro principais economias asiáticas, puxando o centro de gravidade da economia mundial para a Ásia (Schimanski, 2021). Em 2023, o comércio total entre a ASEAN e a China atingiu US\$ 817 bilhões, com a RCEP desempenhando um papel importante na estabilização das economias dos países membros diante de desafios globais. A China é o principal destino das exportações de Austrália, Indonésia, Coreia do Sul, Myanmar, Nova Zelândia, Filipinas e Cingapura, além de ser o segundo destino para Japão, Laos, Malásia, Tailândia e Vietnã. Também é a principal origem das importações para todos os membros da RCEP, exceto Brunei e Laos, onde ocupa a segunda posição (Villegas e García, 2023).

A BRI e a RCEP são duas iniciativas-chave da política externa chinesa que, apesar de terem objetivos diferentes, apresentam sinergia funcional e estratégica. Enquanto a BRI cria corredores logísticos e infraestrutura física para integrar a região, a RCEP reduz barreiras comerciais e melhora a cooperação econômica, ampliando os efeitos da BRI no sistema econômico global. A infraestrutura da BRI reduz custos logísticos e aumenta a eficiência na circulação de bens, serviços e investimentos entre os países da RCEP. Essa convergência reforça a liderança da China na região, fortalece sua capacidade de reconfigurar a economia-mundo capitalista e expande o alcance do capital chinês.

A BRI e a RCEP ampliam a influência da China ao integrar países periféricos, mas não rompem com a lógica da economia-mundo capitalista. Em vez disso, reconfiguram suas hierarquias, colocando Pequim no centro. Essa expansão pode perpetuar formas renovadas de

dependência, como as descritas por Frank (1966), com economias menores subordinadas por dívidas, integração desigual e exportação de matérias-primas. A troca desigual e a extração de excedentes continuam, apenas sob nova liderança, mantendo a lógica centro-periferia.

Palavras-chave: China; Política Externa; Belt and Road Initiative; Regional Comprehensive Economic Partnership; Economia-mundo capitalista.

Introdução

Desde 2012, com a ascensão de Xi Jinping ao comando do Partido Comunista da China (PCCh), a política externa chinesa passou a articular iniciativas de grande alcance que ampliaram a presença do país no cenário internacional. Entre elas destacam-se a Iniciativa Cinturão e Rota, em inglês *Belt and Road Initiative* (BRI), lançada em 2013, e a Parceria Econômica Regional Abrangente, em inglês *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), firmada em 2020. O trabalho explora como a China, por meio de BRI e RCEP, está moldando a economia e a política global. A pesquisa pretende investigar como essas estratégias influenciam a configuração da economia-mundo capitalista e as práticas de desenvolvimento e cooperação. Analisar esses projetos permite avaliar como a assertividade chinesa está impactando a estrutura econômica global, a divisão internacional do trabalho e as relações comerciais internacionais, além de ajudar a pensar se a China está emergindo como uma nova potência hegemônica ou apenas reforçando seu papel como um grande ator global.

Dada a trajetória da China, que se integrou e prosperou dentro de uma economia-mundo capitalista liderada pelos Estados Unidos (EUA), e considerando sua crescente assertividade em criar alternativas à governança global vigente por meio de novas instituições este trabalho busca responder: Como a evolução recente da política externa chinesa, com a criação da BRI e RCEP, impacta a configuração da economia-mundo capitalista?

A BRI já envolve mais de 150 países (China, 2024b) e tem como objetivo fortalecer a conectividade e a cooperação entre nações por meio de uma rede de infraestrutura, incluindo portos, estradas, ferrovias e oleodutos na Ásia, Europa, África e América. Por sua vez, a RCEP é um acordo de livre comércio entre a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Austrália, China, Japão, Nova Zelândia e República da Coreia, abrangendo quase 30% do PIB mundial e cerca de 1/3 da população global (Schimanski, 2021), tornando-se uma das maiores áreas de livre comércio do mundo.

A análise desse processo parte da Análise de Sistemas-Mundo e dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, que permitem compreender a economia internacional como um sistema histórico estruturado por desigualdades e pela sucessão de hegemonias em ascensão e declínio. Nesse enquadramento, a BRI e a RCEP podem ser examinadas tanto como potenciais vetores de alteração na ordem econômica global quanto como mecanismos que, em alguma medida, mantêm a lógica de dependência estrutural característica das relações entre centro e periferia.

O objetivo deste trabalho é compreender os impactos da política externa chinesa, por meio de iniciativas como a BRI e a RCEP, na configuração da economia-mundo capitalista. Especificamente, busca-se: (i) analisar a trajetória chinesa de inserção nesse sistema; (ii) identificar os principais interesses da política externa chinesa durante o governo Xi Jinping; (iii) mapear as regiões que mais recebem investimentos e projetos da BRI; e (iv) avaliar a influência da RCEP sobre o comércio regional e global. Para tanto, o recorte temporal adotado tem início em 2012, com a chegada de Xi Jinping ao comando do Partido Comunista da China, e a metodologia combina análise documental de planos quinquenais e relatórios partidários, levantamento de dados sobre a BRI e sobre trocas comerciais no âmbito da RCEP.

Dessa forma, o artigo pretende contribuir para o debate sobre a transição da ordem mundial contemporânea, avaliando se a assertividade chinesa expressa em suas iniciativas internacionais representa a construção de uma nova hegemonia ou a continuidade da lógica desigual da economia-mundo capitalista.

A Economia-Mundo Capitalista e a ascensão chinesa

A partir de uma perspectiva histórica do capitalismo, Wallerstein (2011a; 2011b; 2011c; 2011d) desenvolve a noção de economia-mundo capitalista dentro da estrutura dos sistemas-mundo, que se baseiam na divisão internacional do trabalho e na interdependência entre regiões. Em vez de analisar os Estados de forma isolada, Wallerstein propõe o estudo dos sistemas históricos, definidos por relações econômicas e políticas que integram diferentes regiões. Entre esses sistemas, destacam-se as economias-mundo, caracterizadas por uma ampla divisão do trabalho e múltiplos centros políticos e culturais, em contraste com os impérios-mundo, organizados em torno de um centro político único, e os mini-sistemas, extintos há muito tempo, que possuem uma estrutura econômica simples e autossuficiente e um único sistema cultural.

Com a crise do feudalismo europeu no século XVI, a Europa deu origem à economia-mundo capitalista, marcada pela busca incessante de acumulação de capital e pela expansão de circuitos produtivos e comerciais que ultrapassam fronteiras nacionais (Wallerstein, 2004). O capitalismo moderno, assim, estabeleceu um sistema interestatal sustentado pela divisão internacional do trabalho, que define as posições relativas das regiões em uma hierarquia composta por centro, semiperiferia e periferia. Essa estrutura, embora dinâmica, mantém uma lógica de troca desigual entre as regiões, sustentando um sistema em constante expansão, no qual os Estados nacionais operam dentro de uma ordem política e econômica globalmente integrada.

Na estrutura da economia-mundo capitalista, o centro é formado por países economicamente desenvolvidos, tecnologicamente avançados e politicamente influentes, que concentram a maior parte da riqueza global. A semiperiferia reúne Estados com economias mistas, que combinam setores modernos e atrasados, possuindo relativa autonomia, mas ainda dependentes das dinâmicas do centro. Já a periferia é composta por países menos desenvolvidos, especializados na exportação de matérias-primas e mão de obra barata, inseridos de forma subordinada na divisão internacional do trabalho (Wallerstein, 2004).

A China ocupa uma posição ambígua nessa estrutura: atua como periferia diante dos países centrais, ao sustentar sua competitividade industrial por meio de insumos baratos, e simultaneamente como centro em relação aos países periféricos, dos quais extrai recursos naturais e mercados consumidores, consolidando posições estruturais favoráveis na divisão transnacional do trabalho (Hendler, 2021). Sua ascensão na economia-mundo capitalista tornou-se um dos fenômenos mais marcantes do século XXI, resultado das reformas de abertura iniciadas no final do século XX, que atraíram investimentos estrangeiros, impulsionaram a industrialização e promoveram avanços em infraestrutura, educação e tecnologia (Jabbar; Dantas, 2021).

Nesse processo, a China expandiu sua inserção internacional por meio da adesão a instituições multilaterais, como a ONU, o FMI e a OMC, e, mais recentemente, pela criação de iniciativas próprias, entre as quais se destacam a BRI e RCEP. Essas iniciativas expressam uma estratégia de ampliação da influência chinesa fora dos marcos tradicionais da governança global liderada pelo Ocidente, refletindo o descompasso entre o crescente peso econômico da China e sua sub-representação nas instituições internacionais (Chen; Liu, 2018; Ciuriak, 2023).

Vieira (2025) analisa a trajetória da China na economia-mundo capitalista a partir de três fases distintas. A primeira, entre 1840 e 1949, caracteriza-se por uma incorporação forçada e parcial, marcada pela imposição de tratados desiguais e domínio estrangeiro sobre setores econômicos estratégicos, o que limitou a autonomia chinesa. A segunda fase, de 1949 a 1978, corresponde a um retraimento e integração mínima, em que o país buscou a autossuficiência e o distanciamento do sistema capitalista global. Por fim, a partir de 1978, com as reformas de Deng Xiaoping, inicia-se uma fase de integração total, voluntária e irreversível, com abertura ao capital estrangeiro, modernização produtiva e rápida ascensão na hierarquia do sistema mundial.

Desde a década de 1970, a transferência de atividades industriais dos países centrais para regiões periféricas, motivada pela busca de custos mais baixos e menor regulação,

impulsionou a ascensão da China como a chamada “fábrica do mundo” (Arrighi, 2008). Sob a liderança do Partido Comunista Chinês, o país promoveu uma profunda abertura econômica, atraindo grandes empresas globais e expandindo sua participação na economia mundial. Esse processo repercutiu nos mercados financeiros, na demanda por commodities e na crescente internacionalização do renminbi (Xing, 2016). Paralelamente, a China passou a atuar de forma mais ativa em organismos e fóruns internacionais, consolidando-se como principal parceiro comercial de diversas economias e importante fonte de investimentos externos (Vadell; Ramos; Neves, 2014; Hung, 2018).

A emergência chinesa insere-se no contexto de declínio da hegemonia estadunidense, conforme a lógica dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA). Essa abordagem entende o capitalismo como um sistema histórico estruturado por sucessivas hegemonias, nas quais um Estado central lidera a economia mundial por determinado período. Cada hegemonia combina coerção, sustentada por capacidades militares, e consenso, construído pela oferta de bens públicos internacionais e pela difusão de normas e instituições de alcance global (Arrighi; Silver, 1999).

Hegemonia, portanto, não se confunde com dominação puramente coercitiva.

[...] hegemonia é o poder *adicional* que advém de um grupo dominante em virtude de sua capacidade de *guiar* a sociedade numa direção que não só serve aos interesses do grupo dominante como também é percebida pelos grupos subordinados como a serviço de interesses mais gerais. (Arrighi, 2008, p. 159-160, grifos do original)

Ao longo da história, identificam-se quatro grandes ciclos: o ciclo genovês (do século XV ao início do XVII), o ciclo holandês (do século XVI ao século XVIII), o ciclo britânico (do século XVIII até início do século XX) e o ciclo estadunidense (a partir de 1870), consolidado no pós-Segunda Guerra Mundial e que entra em fase de declínio a partir da década de 1970. Cada novo ciclo envolve um maior espaço geográfico, maior intensidade e duração mais curta. Cada um destes ciclos começa em uma região geográfica em torno de alguma reorganização inovadora do capitalismo, que dá ao Estado uma vantagem produtiva e o coloca no centro do sistema mundial e na posição de poder hegemônico (Arrighi, 2013).

Cada ciclo apresenta duas fases distintas: expansão material e expansão financeira. Na primeira, o capital é direcionado à produção de bens e serviços, impulsionando a industrialização e o comércio internacional. Na segunda, a queda da rentabilidade produtiva leva à priorização de atividades financeiras, como crédito e especulação. Durante a transição entre ciclos, essas fases coexistem: o Estado em declínio, ao expandir seu sistema financeiro, acaba financiando a ascensão de um novo centro de acumulação, o que marca a passagem da hegemonia para outro Estado (Arrighi, 2013).

Atualmente, o capitalismo global encontra-se na fase de expansão financeira do ciclo estadunidense, marcada por forte financeirização, instabilidade e perda de dinamismo produtivo. Nesse contexto, observa-se o fortalecimento da China como novo centro produtivo, tecnológico e político, especialmente a partir da década de 1990, quando o país se tornou o principal motor da expansão comercial e industrial na Ásia e em outras regiões (Arrighi, 2008). Ao promover a industrialização, ampliar investimentos em infraestrutura e internacionalizar suas empresas, a China consolidou-se como um polo dinâmico de acumulação de capital. Arrighi (2008) interpreta esse movimento como parte de uma transferência gradual de poder do Ocidente para o Oriente, associada à crescente centralidade da Ásia na produção e comercialização de bens. De modo complementar, Arrighi e Silver (1999) observam que o final do século XX foi marcado pelo declínio relativo da hegemonia norte-americana e pela emergência de novos polos de poder, especialmente no Leste Asiático, configurando uma instável “bifurcação do poder global militar [dos EUA] e financeiro [da Ásia Oriental]” (Arrighi; Silver, 1999, p. 95).

Sob a liderança de Xi Jinping, a China tem utilizado seu crescente poder econômico para proteger seus interesses nacionais, fortalecer a segurança interna e buscar um desenvolvimento pacífico, orientando sua política externa para a criação de um ambiente internacional favorável à continuidade de sua ascensão (Pennaforte; Schierholt; Benjamin, 2022).

Para que se possa compreender o posicionamento chinês na economia-mundo capitalista, o Quadro 1 condensa as principais diretrizes e assuntos da política externa chinesa expostas nos Planos Quinquenais, lançados em 2016 e 2021, e nos Relatórios do Congresso do PCC, realizados em 2017 e 2022.

Quadro 1 – A política externa chinesa apresentada nos Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China (2016-2022)

Plano	Diretrizes	Relatório	Tópicos abordados
13º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social da República Popular da China (2016-2020)	Socialismo com características chinesas para uma Nova Era; Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento; Aprofundamento da reforma e abertura; Adaptação às mudanças na situação nacional e internacional; Resposta às consequências da crise financeira global; Busca pelo desenvolvimento verde; Implementação de uma estratégia	Relatório de Xi Jinping no 19º Congresso do Partido Comunista da China (2017) “Assegurar uma Vitória Decisiva na Construção de uma Sociedade Moderadamente Próspera em Todos os Aspectos	Apoiar a ONU no desempenho de um papel ativo nos assuntos internacionais; Apoiar os esforços de outros países em desenvolvimento para aumentar sua representação e voz nos assuntos internacionais; Aumentar a força global e a competitividade internacional da cultura chinesa; Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo; Diplomacia com características

	de abertura mutuamente benéfica e cooperação com a comunidade internacional para responder aos desafios globais; Sonho Chinês de rejuvenescimento da nação.	e Lutar pelo Grande Sucesso do Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era”	chinesas; Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade; Não promoção da hegemonia; Aumentar a assistência a outros países em desenvolvimento, especialmente aos menos desenvolvidos; Priorizar a BRI e dar ênfase tanto em “bringing in” quanto “going global”; Igualdade e democracia entre todos os países; <i>One Country, Two Systems;</i>
14º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional e Visão 2035 da República Popular da China (2021-2025)	Socialismo com características chinesas para uma Nova Era; Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento; Aprofundamento da reforma e abertura; Objetivos de Longo Prazo para 2035; Busca pelo desenvolvimento verde; Implementação de uma estratégia de abertura mutuamente benéfica e cooperação com a comunidade internacional para responder aos desafios globais; Sonho Chinês de rejuvenescimento da nação.	Relatório de Xi Jinping no 20º Congresso do Partido Comunista da China (2022) "Levantar Bem Alto a Grande Bandeira do Socialismo com Características Chinesas e Lutar em Unidade para Construir um País Socialista Moderno em Todos os Aspectos"	Apoiar o papel da ONU nos assuntos internacionais; Observar os propósitos e princípios da Carta da ONU; Aumentar a força global e a competitividade internacional da cultura chinesa; Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo; Diplomacia com características chinesas; Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade; Não importa o estágio de desenvolvimento que atinja, a China nunca procurará a hegemonia; Investimento de mais recursos na cooperação global para o desenvolvimento e apoiar outros países em desenvolvimento; Participação ativa na reforma e desenvolvimento da governança global; <i>One Country, Two Systems;</i>

Fonte: elaborado com base em China (2016, 2021) e Xi (2017, 2022).

Para Xi Jinping (2017), a China ingressou em uma nova era marcada pela consolidação de sua força econômica, tecnológica e militar, bem como pelo fortalecimento de seu poder nacional. Essa etapa simboliza o êxito do socialismo com características chinesas como um modelo alternativo de modernização para países em desenvolvimento, associado à busca pelo “sonho chinês” de rejuvenescimento nacional, que visa restaurar o prestígio histórico do país após o “século de humilhações”. A nova postura chinesa é mais assertiva e engajada voltada ao fortalecimento das relações com o Sul Global e à criação de estruturas multilaterais que ampliam a influência de Pequim sob o discurso da cooperação e do benefício mútuo.

Entre 1978 e 2023, a China manteve elevadas taxas de crescimento, com média anual de 10% até 2010 e cerca de 5% mesmo após a pandemia (FMI, 2025). Esse desempenho consolidou o país como plataforma produtiva global, especialmente após sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, quando se integrou de forma decisiva às cadeias globais de valor (Vieira, 2025). Com um PIB nominal de US\$ 17,5 trilhões — cerca de 18% do PIB mundial — e um volume de importações superior a US\$ 1,7 trilhão em 2023 (UNCTAD, 2023), a China consolidou-se como ator central da economia internacional.

Segundo Niu (2013), essa ascensão ocorreu dentro de um sistema internacional ainda dominado pelo Ocidente, o que levou Pequim a adotar um papel construtivo e cooperativo, em vez de confrontacional. Assim, a crise da hegemonia estadunidense e o fortalecimento da China configuraram elementos centrais do atual contexto de caos sistêmico.

Belt and Road Initiative

A BRI, lançada em 2013, promove o comércio, investimentos, intercâmbio cultural e cooperação em áreas como infraestrutura, energia, transporte e telecomunicações. Ela se baseia em cinco prioridades: coordenação de políticas, conectividade de infraestruturas, comércio desimpedido, integração financeira e laços entre os povos. A BRI é composta por duas rotas principais: o Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima.

O Cinturão Econômico conecta a China ao Sudeste Asiático, Sul da Ásia, Ásia Central, Rússia e Europa por terra, sendo uma proposta de longo prazo para o desenvolvimento de infraestrutura e cooperação econômica na Eurásia. Esse corredor econômico é considerado o mais extenso e dinâmico do mundo, ligando a região leste da Ásia-Pacífico às economias desenvolvidas da Europa. A Rota da Seda Marítima busca criar uma rede de mercados interconectados, ligando a ASEAN, Sul da Ásia, Oeste da Ásia, Norte da África e Europa, além de estabelecer parcerias estratégicas nos mares do Sul da China, Pacífico e Índico.

Mais de 150 países e 30 organizações internacionais já se juntaram à BRI e, até outubro de 2023, o volume total de importações e exportações entre a China e os países membros da iniciativa ultrapassou US\$ 21 bilhões, enquanto o investimento direto da China nos países parceiros superou US\$ 270 bilhões (China, 2024b). A BRI fortalecerá os laços econômicos entre os países participantes, dificultando as oposições dos governos da Ásia Central em relação à China. Essa iniciativa pode aumentar a dependência desses países periféricos em relação à China, tornando mais difícil a contestação aos interesses chineses (Stuenkel, 2018). O custo de ações contrárias se torna elevado, e as consequências,

especialmente no âmbito comercial, podem ser um obstáculo significativo para qualquer país que deseje se opor.

Desde seu lançamento, a BRI soma US\$ 452 bilhões em investimentos e US\$ 667 bilhões em contratos de construção, totalizando cerca de US\$ 1,12 trilhão (AEI, 2025)¹, evidenciando o foco da China no desenvolvimento de infraestrutura estratégica e na integração de cadeias produtivas globais.

A distribuição geográfica dos investimentos da BRI no primeiro semestre de 2025 revela uma concentração significativa em regiões específicas. A África liderou os investimentos, recebendo US\$ 39 bilhões, seguida pela Ásia Central com US\$ 25 bilhões. Essas regiões superaram o Oriente Médio e Norte da África, que anteriormente ocupavam posições de destaque. A Nigéria apresentou o maior volume de construção, cerca de US\$ 21 bilhões, seguida pela Arábia Saudita (US\$ 7,2 bilhões), Emirados Árabes Unidos (US\$ 7 bilhões), Tanzânia (US\$ 3,6 bilhões) e Indonésia (US\$ 2,1 bilhões). Em relação aos investimentos da BRI, o Cazaquistão foi o maior beneficiário, com cerca de US\$ 23 bilhões em investimentos no primeiro semestre de 2025, seguido pela Tailândia (US\$ 7,4 bilhões) e Egito (US\$ 4,8 bilhões) (Nedopil Wang, 2025).

Nesse mesmo período os setores de energia, mineração e tecnologia destacaram-se como os principais focos de investimento. O setor de energia recebeu US\$ 42 bilhões, com destaque para os US\$ 30 bilhões destinados a projetos de petróleo e gás, especialmente na Nigéria. Além disso, os investimentos em energia verde atingiram US\$ 9,7 bilhões, refletindo um aumento significativo em relação ao ano anterior. O setor de mineração também apresentou crescimento, com US\$ 24,9 bilhões em investimentos, superando o total do ano de 2024. Por fim, o setor de tecnologia e manufatura registrou US\$ 23,2 bilhões, com ênfase em projetos de energia solar, baterias para veículos elétricos e hidrogênio (Nedopil Wang, 2025).

A BRI representa uma continuidade das políticas adotadas ao longo dos anos para a internacionalização das empresas chinesas, integrando objetivos políticos e econômicos voltados à liderança regional e global. Enquanto entre 1980 e 2011 o crescimento econômico da China foi impulsionado por investimentos e exportações de manufaturas de baixo valor agregado, a crise de 2008 sinalizou uma era de crescimento mais lento e revisão de prioridades, deslocando o foco para consumo, inovação, serviços e investimento externo. (Vieira, 2019). E, embora o PCCh não classifique a BRI como ajuda externa, o projeto

¹Os valores referentes aos investimentos da BRI podem variar conforme a fonte consultada. Por exemplo, enquanto o AEI (2025) indica um total acumulado de US\$ 1,12 trilhão, o Relatório de Investimentos da Iniciativa Cinturão e Rota da China (Nedopil Wang, 2025) aponta um montante de US\$ 1,308 trilhão.

representa uma evolução natural das políticas adotadas desde a formulação da Teoria do Terceiro Mundo, refletindo transformações econômicas e políticas vivenciadas pelo país, sem, entretanto, se caracterizar como uma política explícita de combate ao imperialismo, colonialismo ou hegemonia (Vieira, 2019).

Além disso, para a China, o BRICS e a BRI estão interligados, sendo que as principais dimensões de ambas as iniciativas tendem a convergir em agendas e objetivos comuns. Essa interconexão permite à China utilizar a BRI como um instrumento para incentivar a adesão de novos países ao BRICS (Gouvea; Gutierrez, 2023). Além disso, a BRI conta com o apoio do Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), instituição relativamente nova que é amplamente percebida como uma alternativa aos fundos de desenvolvimento do Banco Mundial e do FMI, reforçando a capacidade da China de implementar projetos de infraestrutura em escala regional e global (Zhao, 2018).

A BRI representa a convergência de objetivos domésticos e internacionais da China, consolidando-se como uma Grande Estratégia. No âmbito interno, a iniciativa busca: 1) estimular a economia chinesa, aumentando as exportações de bens e serviços; 2) expandir o desenvolvimento para o oeste e promover novos setores produtivos. No plano externo, a BRI atua como continuidade da estratégia Going Global, iniciada em 2000, funcionando como instrumento de projeção política e contribuindo para a ordem internacional por meio da oferta de bens públicos globais, do investimento estrangeiro direto (IED) e da cooperação com países emergentes. Os objetivos da BRI variam conforme a região em que é implementada, de modo que as ações na África diferem daquelas na Europa Oriental ou na América Latina. A estratégia geoeconômica chinesa também envolve a aquisição de empresas estrangeiras, incluindo tecnologias e setores de pesquisa e desenvolvimento, especialmente na Europa. Contudo, há situações em que a cooperação sob a BRI gera resultados controversos. No Sri Lanka, por exemplo, o investimento de US\$ 1,12 bilhão da China na construção do porto de Hambantotta resultou na cessão do porto em uma concessão de 99 anos, após o país não conseguir honrar a dívida. Esse caso evidencia a necessidade de avaliar cuidadosamente a aceitação dos fundos da Nova Rota da Seda por países de menor renda, a fim de evitar situações de vulnerabilidade (Kotz; Ouriques, 2021).

Regional Comprehensive Economic Partnership

A RCEP se destaca pela sua vasta abrangência geográfica e potencial econômico. O acordo, firmado em 2020, envolve quinze países da Ásia e do Pacífico, que juntos representam quase 30% do PIB mundial e cerca de 1/3 da população global. As negociações

começaram em 2012, e dez dos membros já eram parceiros na ASEAN: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã. O grupo se uniu a Austrália, China, Japão, Nova Zelândia e República da Coreia por meio de um Acordo de Livre Comércio. A Índia participou das negociações até final de 2019, mas depois se retirou (Schimanski, 2021).

A RCEP tem como objetivo estabelecer uma cooperação econômica abrangente entre seus membros, focando na facilitação do comércio e do investimento na região. O acordo busca reduzir barreiras comerciais, simplificar procedimentos aduaneiros e promover a integração econômica entre os países participantes. Além disso, a RCEP visa apoiar um sistema comercial multilateral que seja aberto, inclusivo e baseado em regras, com os membros comprometendo-se a seguir normas comuns que garantam transparência e equidade no comércio internacional (RCEP, 2020). É importante notar que a RCEP é o primeiro acordo de livre comércio entre a China, o Japão e a Coreia do Sul (Schimanski, 2021), três das quatro principais economias asiáticas, puxando o centro de gravidade da economia mundial para a Ásia.

Em 2023, o comércio total entre a ASEAN e a China atingiu US\$ 817 bilhões, com a RCEP desempenhando um papel importante na estabilização das economias dos países membros diante de desafios globais. Em novembro de 2023, autoridades chinesas emitiram 19.834 certificados de origem, totalizando US\$ 568 milhões, para 3.434 empresas sob a RCEP, marcando um crescimento de 12,41% em relação ao ano anterior. Isso deve resultar em uma redução de tarifas sobre produtos chineses em US\$ 9 milhões nos países importadores da RCEP (China, 2024a).

A China é o principal destino das exportações de Austrália, Indonésia, Coreia do Sul, Myanmar, Nova Zelândia, Filipinas e Cingapura, além de ser o segundo destino para Japão, Laos, Malásia, Tailândia e Vietnã. Também é a principal origem das importações para todos os membros da RCEP, exceto Brunei e Laos, onde ocupa a segunda posição (Villegas e García, 2023). Com a redução de barreiras tarifárias e o aumento dos fluxos de capital na região, a China está se firmando como um centro de reconfiguração econômica global. A RCEP tem o potencial de promover o desenvolvimento das nações emergentes da região, ao mesmo tempo em que representa um avanço para o plurilateralismo, unificando normas relacionadas a origem, investimento, serviços, direitos de propriedade intelectual e tarifas, consolidando uma união comercial entre China, Japão e Coreia, vista como um motor para o desenvolvimento regional.

Apesar de uma desaceleração no crescimento do comércio, a RCEP continua a ser um motor crucial para a integração econômica regional. Em 2024, as exportações da China para os países da RCEP aumentaram 3,6%, alcançando US\$ 2,76 bilhões entre o primeiro e o terceiro trimestre de 2024, sinalizando uma recuperação modesta após uma queda de 8,5% em 2023. Além disso, houve um aumento nas exportações para países como Vietnã (12,7%), Coreia do Sul (9,58%) e Laos (17,7%). Além disso, o comércio intra-ASEAN demonstrou resiliência, com um crescimento de 7,03% em 2024, após uma contração de 13,3% em 2023. (Asia Global Institute, 2025). A análise das dinâmicas comerciais no âmbito da RCEP evidencia a posição da China como principal exportadora do bloco. Após a retração observada em 2023, as exportações chinesas para os países-membros registraram uma recuperação moderada em 2024, sinalizando certa estabilidade, mas sem retomar o vigor dos anos anteriores.

Já no que se refere ao comércio intra-ASEAN, ocorreu um crescimento de 7,03% em 2024, revertendo a queda de 13,3% do ano anterior. Tal resultado aponta para o fortalecimento da integração regional e para a recuperação das economias do Sudeste Asiático após um período de retração. Adicionalmente, observa-se a ampliação das trocas comerciais entre os membros da RCEP e países externos ao acordo, com um aumento de 5% em 2024 e volume total de US\$ 3,37 trilhões. Esse dado revela um movimento de diversificação geoeconômica, no qual as economias asiáticas buscam reduzir vulnerabilidades e ampliar sua inserção nas cadeias globais de valor diante de um contexto internacional marcado por incertezas e reconfigurações produtivas (Asia Global Institute, 2025).

A RCEP destaca-se politicamente por promover a aproximação estratégica entre China, Japão e Coreia do Sul, historicamente marcados por rivalidades, e por incluir a China como potência comercial relevante, equilibrando acordos liderados pelos Estados Unidos. Além disso, representa a materialização de esforços anteriores voltados à integração econômica do Leste Asiático. No plano econômico, o acordo se mostra significativo tanto pelo tamanho do mercado quanto pela inserção dos países nas cadeias globais de produção, contribuindo para consolidar a integração regional e ampliar a participação de seus membros no comércio internacional. Ademais, a criação de condições favoráveis para negócios tende a atrair investimentos, reforçando o dinamismo econômico da região e fortalecendo suas cadeias produtivas (Schimanski, 2021). Destaca-se que a BRI e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), criaram um ambiente regional mais favorável, tornando a RCEP mais vantajosa para a China e para os demais países membros da região (Yoo; Wu, 2022).

Considerações finais

Considerando isso, o conceito de *mundo multiplex* de Acharya (2017) pode ajudar a entender a transformação da ordem internacional. Esse conceito sugere que, embora elementos da ordem liberal ainda existam, eles estão integrados em um emaranhado de múltiplas ordens internacionais que operam simultaneamente. Nesse cenário, a China se posiciona como defensora de uma ordem alternativa que incorpora aspectos de sua visão sobre a governança global. Essa dinâmica reflete a constante mudança e a complexidade das relações internacionais atuais, onde a ascensão da China desempenha um papel central na transformação da ordem global. Por meio da BRI a China procura expandir sua influência geopolítica e econômica, promovendo a conectividade e a cooperação entre os países envolvidos, especialmente aqueles do Sul Global. A RCEP, por sua vez, consolida a posição da China como um epicentro econômico na Ásia, fortalecendo suas relações comerciais e aumentando sua relevância no comércio global.

A BRI e a RCEP são duas iniciativas centrais da política externa chinesa que, embora distintas em escopo, compartilham um grau elevado de sinergia funcional e estratégica. A sobreposição geográfica entre ambas é significativa, especialmente nos países localizados ao longo da chamada Rota da Seda Marítima. A BRI tem como principal foco a promoção da conectividade global por meio de investimentos maciços em infraestrutura de transporte, energia, telecomunicações e integração política e cultural. Por outro lado, a RCEP atua na facilitação do comércio entre seus membros. Enquanto a BRI proporciona integração regional, baseada na criação de corredores logísticos e infraestrutura física, a RCEP institucionaliza a cooperação na região por meio de acordos comerciais formais, ampliando a capacidade da BRI de gerar efeitos concretos no sistema econômico internacional. Ao mesmo tempo, a infraestrutura construída sob a égide da BRI reduz barreiras logísticas e custos de transação, tornando mais eficiente a circulação de bens, serviços e investimentos entre os países da RCEP.

Essa convergência não apenas consolida a liderança regional da China, mas também fortalece sua capacidade de reconfigurar a economia-mundo capitalista. Ela também expande o alcance do capital chinês e permite maior circulação de mercadorias, serviços e investimentos, dinâmica central para a consolidação de uma hegemonia em formação. Ademais, a RCEP apresenta-se como um modelo de integração regional inclusiva e multilateral, em contraste com iniciativas lideradas pelos Estados Unidos, como o Indo-Pacific Economic Framework (IPEF), que têm sido criticadas por promoverem agendas

excludentes e divisivas. Essa diferenciação reforça a imagem da China como promotora de uma nova ordem econômica baseada em cooperação mútua e respeito à soberania dos Estados.

Frank (1966) entende o subdesenvolvimento como um produto histórico do próprio desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, embora a BRI e a RCEP ampliem a influência chinesa ao integrar países periféricos por meio de infraestrutura e acordos comerciais, elas não representam, sob essa ótica, uma ruptura com a lógica do sistema, mas sim uma reconfiguração de suas hierarquias, agora com Pequim no centro. Essa expansão pode reproduzir formas renovadas de dependência, nas quais economias menores continuam subordinadas através de dívidas, integração desigual às cadeias globais e exportação de matérias-primas. A troca desigual permanece, e os mecanismos de extração de excedentes descritos por Frank (1966) reaparecem sob uma nova liderança. Assim, embora a China pareça promover uma nova fase do sistema-mundo capitalista, ela não necessariamente rompe com a lógica centro-periferia.

Referências

- ACHARYA, Amitav. After Liberal Hegemony: The Advent of a Multiplex World Order. **Ethics & International Affairs**, v. 31, n. 3, p. 271-285, 2017. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/ethics-and-international-affairs/article/after-liberal-hegemony-the-advent-of-a-multiplex-world-order/DBD581C139022B1745154175D2BEC639?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=copy_link&utm_source=bookmark. Acesso em: 30 jul. 2024.
- AEI – THE AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. **China Global Investment Tracker**. 2025. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 06 out. 2025.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Boitempo Editorial, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo, Contraponto: UNESP, 2013.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Chaos and Governance in the Modern World System**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- ASIA GLOBAL INSTITUTE. **RCEP Trade Tracker 2024**: Four Key Insights on Regional Trade Trends. Hong Kong, 19 fev. 2025. Disponível em: <https://www.asiaglobalinstitute.hku.hk/news-post/rcep-trade-tracker-2024-four-key-insights-regional-trade-trends?>. Acesso em: 6 out. 2025.
- CHEN, Zheng; LIU, Yanchuan. Strategic Reassurance in Institutional Contests: Explaining China's Creation of the Asian Infrastructure Investment Bank. **Journal of Contemporary China**, v. 27, n. 114, p. 795-810, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1488098>. Acesso em: 10 maio 2024.
- CHINA. **The 13th Five-Year Plan of National Economy and Social Development of People's Republic of China**. National People's Congress, 2016. Disponível em: <https://en.ndrc.gov.cn/policies/202105/P020210527785800103339.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

CHINA. The 14th Five-Year Plan of National Economy and Social Development of People's Republic of China. National People's Congress, 2021. Disponível em: <https://cset.georgetown.edu/publication/china-14th-five-year-plan/>. Acesso em: 10 maio 2024.

CHINA. RCEP fuels regional growth amid economic recovery, challenges. The State Council of the People's Republic of China. 9 jan. 2024a. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202401/09/content_WS659d45d2c6d0868f4e8e2e55.html. Acesso em: 29 jul. 2024.

CHINA. Infographics | 2023 Buzzwords of BRI. Belt and Road Portal. 3 jan. 2024b. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/p/0IMP34TC.html>. Acesso em 29 jul. 2024.

CIURIAK, Dan. The BRICS as an Alternative Anchor for Global Economic Governance: A Comment. **SSRN Electronic Journal**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.4492261>. Acesso em: 30 jul. 2024.

FMI – International Monetary Fund. **World Economic Outlook**: real GDP growth. Data mapper. Abril 2025. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/WEOWORLD/CHN/MAE. Acesso em: 11 jul. 2025.

FRANK, Andre. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**, v.18 n.4, 1966.

GOUVEA, Raul; GUTIERREZ, Maria. “BRICS Plus”: A New Global Economic Paradigm in the Making? **Modern Economy**, v. 14, p. 539-550, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/me.2023.145029>. Acesso em: 24 jul. 2024.

HENDLER, Bruno. A crise de hegemonia e rivalidade EUA-China. In: MUSSE, Ricardo (org.). **China contemporânea**: seis interpretações. 1^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 95-127.

HUNG, Ho-Fung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-26, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/PjqLzbVDgwYQsQDKLxsQQPj/?lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2023.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Apontamentos sobre a geopolítica da China. In: MUSSE, Ricardo (Org.). **China contemporânea**: seis interpretações. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 41-68.

KOTZ, Ricardo Lopes; OURIQUES, Helton Ricardo. A Belt and Road Initiative: uma análise sobre a projeção global da China no Século XXI. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 2, p. 96-113, 2021.

NEDOPIL WANG, Christoph. **China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report 2025 H1**. Washington, DC: Green Finance & Development Center, 2025. Disponível em: <https://greenfdc.org/china-belt-and-road-initiative-bri-investment-report-2025-h1/>. Acesso em: 6 out. 2025.

NIU, Haibin. A grande estratégia Chinesa e os BRICS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 197-229, jan./jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100007&lng=pt&tlang=pt. Acesso em: 30 jul. 2024.

PENNAFORTE, Charles; SCHIERHOLT, Kassia.; BENJAMIN, Henrique. La era de Xi Jinping y las distintas caras del proyecto geopolítico chino en el sistema-mundo contemporáneo: algunas percepciones. **Revista Política Internacional**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 53–64, 2022. Disponível em: <https://rpi.isri.cu/rpi/article/view/297>. Acesso em: 02 jun. 2023.

RCEP - Regional Comprehensive Economic Partnership. **Regional Comprehensive Economic Partnership Agreement**. Legal Text. 2020. Disponível em: <https://rcepsec.org/legal-text/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SCHIMANSKI, Silvana. Integração econômica regional: Um olhar sobre a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP). **Revista Intellector**, v. 18, n. 35, p. 58-71, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5516642>. Acesso em: 20 jul. 2024.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental**: potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 251 p.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. **UNCTAD Handbook of Statistics**. Merchandise Trade. 2023. Disponível em: <https://hbs.unctad.org/merchandise-trade-by-product/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo; NEVES, Pedro. **The international implications of the Chinese model of development in the Global South**: asian consensus as a network power. Revista Brasileira de Política Internacional, [S.L.], v. 57, n. , p. 91-107, 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400206>. Acesso em: 20 jun. 2025.

VIEIRA, Pedro Antônio. **Economia política dos sistemas-mundo**: origem, fundamentos teórico-metodológicos e aplicações. Florianópolis: Insular, 2025.

VIEIRA, Victor Carneiro Corrêa. From Third World Theory to Belt and Road Initiative: international aid as a chinese foreign policy tool. **Contexto Internacional**, [S.L.], v. 41, n. 3, p. 529-551, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/C3YthnMgVLCP8jrLpTDyKVN/?lang=en>. Acesso em: 05 set. 2022.

VILLEGRAS, Edgar Samid Limón; GARCÍA, Juan González. El RCEP como nuevo eje del comercio internacional: Análisis y perspectivas. **Análisis económico**, Cidade do México, v. 38, n. 98, p. 47-68, ago. 2023 . Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2448-66552023000200047&script=sci_arttext. Acesso em: 29 jul. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis**: an introduction. Durham: Duke University Press, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I**: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. California: University of California Press, 2011a.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System II**: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750. California: University of California Press, 2011b.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System III**: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730s-1840s. California: University of California Press, 2011c.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system IV**: Centrist Liberalism Triumphant, 1789–1914. California: University of California Press, 2011d.

XI, Jinping. **Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era**. Report to the Nineteenth National Congress of the Communist Party of China on October 18, 2017. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/download/Xi_Jinping's_report_at_19th_CPC_National_Congress.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

XI, Jinping. **Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive in Unity to Build a Modern Socialist Country in All Respects**. Report to the Twentieth National Congress of the Communist Party of China on October 16, 2022. Disponível em: <https://english.news.cn/20221025/8eb6f5239f984f01a2bc45b5b5db0c51/c.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

XING, Li, The Expansion of China's Global Hegemonic Strategy: Implications for Latin America. **Journal of China and International Relations** Special Issue, 2016, p. 1-26. Disponível em: <https://doi.org/10.5278/OJS.JCIR.V4I2.1587>. Acesso em: 04 jul. 2024.

YOO, Tae; WU, Chong-Han. Way of Authoritarian Regional Hegemon? Formation of the RCEP From the Perspective of China. **Journal of Asian and African Studies**, v. 57, n. 6, p. 1214–1228, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00219096211049792>. Acesso em: 11 maio 2023.

ZHAO, Suisheng. A Revisionist Stakeholder: China and the Post-World War II World Order. **Journal of Contemporary China**, v. 27, n. 113, p. 643-658, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1458029>. Acesso em: 11 jul. 2025.